



SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações
Comissão Permanente de Licitação – COPELI
Serviço de Instrução Processual - SEINPLP

Processo nº 00200.010222/2024-60	Destinatário ILANA TROMBKA Diretora-Geral
Assunto: Juízo de reconsideração quanto ao recurso contra a revogação do PE 90097/2024	

Em 1º de novembro de 2024.

Senhor Diretor da SADCON,

Por meio do despacho constante do NUP 00100.186165/2024-17, a Diretoria-Geral revogou o Pregão Eletrônico nº 90097/2024, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos nas categorias de garçom, chaveiro, arrumador, lavador/passador, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais e cozinheiro para o Senado Federal.

Após o registro da revogação no sistema, foi aberto prazo para interposição de recursos, nos termos do art. 165, I, “d”, da Lei nº 14.133/2021, tendo recorrido a empresa DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (vide peça anexa).

Sobre a apreciação e o julgamento dos recursos, assim dispõe o §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021:

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Diante disso, recomendamos os envios dos autos à DGER, para realizar o juízo de reconsideração quanto à decisão recorrida e, caso mantida a decisão, submeter o recurso à Primeira-Secretaria, para julgamento.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)
FELIPE GUIMARÃES CÔRTEZ
Coordenador da COPEL em exercício

De acordo. À DGER, para juízo de reconsideração e posterior encaminhamento à PRSECR, se for o caso.

(assinado eletronicamente)
RODRIGO GALHA
Diretor da SADCON





RECURSO ADMINISTRATIVO

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DIRETORA GERAL DA DIRETORIA GERAL DO SENADO FEDERAL.

Ref. Recurso Administrativo – Pregão Eletrônico nº 90097/2024, Processo Administrativo n.º 00200.010222/2024-60.

DLF ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.591.509/0001-44, por meio de seu representante legal, que a esta subscreve, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, contra decisão que estabeleceu a revogação do Pregão Eletrônico nº 90097/2024, em esta Recorrente se encontra como classificada na condição de vencedora do certame licitatório em epígrafe, pelas razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas:

I – NOTA INTRODUTÓRIA

Antes de tudo, impende salientar que esta Recorrente apresentou, efetivamente, proposta hígida e idônea com o melhor preço, bem como cumpriu todos os requisitos habilitatórios junto a esse SENADO, para sua contratação visando a prestação dos serviços ora licitados com eficiência e segurança, materializando junto a esse órgão a obtenção da contratação que traz o resultado mais vantajoso, conforme o primado insculpido no inciso I do art. 11 da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, instrumento legal que norteia os atos administrativos destinados à realização da contratação ora em debate.

Esta Recorrente, obediente à Lei e às regras editalícias apresentou sua proposta no mais estrito cumprimento aos princípios gerais do Direito, atendendo os preceitos que regem as licitações públicas, além de garantir a observância aos princípios da legalidade, moralidade, economicidade, vinculação ao instrumento convocatório e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do artigo 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Sob o manto desse primado, nem a Administração e nem os licitantes podem furtar-se ao cumprimento dos princípios e dispositivos legais que regem as contratações públicas, destacando-se nestes o da motivação e o da busca do resultado que traga maior vantajosidade ao interesse público, destacando-se ainda, a obrigatoriedade de se atentar ao que prescreve o art. 20 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), quanto a necessidade de se



considerar as consequências da decisão ora combatida, sob pena de se incorrer em crime de responsabilidade pelos sérios prejuízos que podem ser causados ao interesse público, sobretudo quando em sede de licitações públicas.

II – DA TEMPESTIVIDADE

O ato decisório proferido, objeto da presente manifestação recursal, foi comunicado no dia 22/10/2024, terça-feira, de modo que o prazo de 3 (três) dias úteis tem seu início em 23/10/2024, quarta-feira, encerrando-se no dia 25/10/2024, sexta-feira, na forma do que prescreve o inciso I, do Artigo 165; c/c art. 183, todos da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, tempestivo o presente Recurso.

III – DOS FATOS

A Recorrente é pessoa jurídica de direito privado, que atua no ramo específico objeto da licitação em curso, possuindo grande credibilidade junto ao mercado, e atuando com idoneidade moral, profissional, trabalhista e fiscal, como fez prova sua documentação habilitatória e seus atestados de capacidade técnica apresentados no presente certame.

Em síntese, esta empresa DLF ENGENHARIA logrou êxito em, uma vez cumpridos os requisitos editalícios exigidos, apresentar a proposta de menor preço para o certame do Processo Licitatório referente ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90097/2024, Processo Administrativo n.º 00200.010222/2024-60, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos nas categorias de garçom, chaveiro, arrumador, lavador/passador, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais e cozinheiro para o Senado Federal, de acordo com as quantidades, periodicidade, especificações, obrigações e demais condições deste edital e seus anexos, conforme o contido do Edital, tendo logrado êxito em atender ao edital de licitação e apresentado o menor preço na disputa aberta e por ter cumprido os requisitos de habilitação em conformidade ao instrumento convocatório e legislação que rege o sistema público de contratações nacional.

No entanto, para sua surpresa, esse Órgão, amparado em decisão genérica e imotivada, entendeu pelo desfazimento do certame, sob a modesta alegação de “possível impacto na planilha de composição de custos a partir de janeiro de 2025” e de que “até o momento não temos nenhuma empresa classificada atendendo integralmente aos critérios”, conforme se constata da motivação abaixo transcrita:

Atualmente esse serviço é prestado pela empresa DLF ENGENHARIA – Contrato no 007/2022, cuja vigência encerra-se em 12/01/2025.

No último dia 17/09/2024 foi sancionada a Lei no 14.973/2024 a qual prevê o fim gradual da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. Tal reoneração ocorrerá ao longo dos exercícios de 2025 a 2028. Considerando o possível impacto na



planilha de composição de custos a partir de janeiro de 2025, principalmente na ocasião em que a prestação de serviços se dará a partir do próximo exercício, sugere-se que o pregão eletrônico seja revogado para ajustes da estimativa incluindo as novas regras de tributação da folha de pagamento para os setores abrangidos pela referida lei.

Outro motivo que enseja uma revisão do edital de licitação é o fato de que o certame foi publicado em agosto/2024 (data de abertura 12/09/2024), e **até o momento não temos nenhuma empresa classificada atendendo integralmente aos critérios**. Pelo que pude verificar estamos na 5ª colocada e a maioria dos problemas de inabilitação estão relacionados a planilha de composição de custos.

Por todo o exposto: considerando a necessidade de ajustar a estimativa por força das novas regras de desoneração da folha de pagamento; considerando a necessidade de revisão geral dos critérios; e a partir de entendimentos firmados em reunião com participação da DGER, DIRECON, SADCON e NGCOT, sugere-se que o pregão seja revogado para revisão e nova publicação. (destaques nossos)

Contudo, Ilma. Sr^a. Diretora, esta Recorrente não pode aquiescer com tal arguição de motivação para o precipitado e insustentável ato de desfazimento do procedimento licitatório, sobretudo com relação a fragilidade do argumento utilizado para motivar a decisão de que nenhuma empresa atendeu aos critérios do edital, vez que esse mesmo Órgão já emitiu parecer pela habilitação desta Recorrente, evidenciando, portanto, motivação viciada, para o que, de plano já se constitui como ausência de motivação do ato, ensejando sua nulidade, por tratar-se de requisito essencial para validade do ato.

Noutro sentido, o que se busca para o desfazimento é a genérica alegação de que há possível impacto na planilha de custos dos serviços. Ora, é fato concreto que sim, haverá impacto e este impacto, inclusive já está delimitado, o que afasta eventual argumento de desconhecimento ou impossibilidade de se aquilatar seu resultado. O fato é simples e encontra-se detalhado na legislação que serviu de motivação para a alegação apresentada como motivação.

De maneira simples, o que se tem é um período de transição em que as alíquotas e a sua base de incidência já se encontram devidamente apresentadas e delimitadas. Ou seja, o impacto é previsto e inclusive delimitado na planilha de custos com seus percentuais e prazos especificados, não havendo dificuldade alguma em se vislumbrar sua ocorrência, incidência e resultados.

Em síntese, para efeito de melhor enfrentamento da questão, temos que a motivação para o desfazimento do presente certame, decorre do fato genérico e insustentável em sua primeira parte e nulo em sua parte final, o que evidencia ato eivado de vício e nulo por direito.

A teor do que prescreve a legislação, considerando-se a constatação da ocorrência de erros ou falhas que se constituem em vício de motivação, o ato jurídico então praticado se



reveste de nulidade absoluta, sendo impositiva a realização de sua revisão e anulação, para fins de se resgatar os primados da moralidade e legalidade no direito público.

A busca da garantia de obtenção da contratação que melhor atenda ao interesse público é conduta que mais se coaduna com os dispositivos legais e princípios administrativos regedores das contratações públicas. Para tanto, a realização de um procedimento licitatório impõe a necessidade de se agir com cautela e sob o amparo da Lei, haja vista o esforço despendido não só pela Administração, que incorre em elevados custos para sua realização, mas também pelo particular que ocorre ao certame e investe significativo tempo, esforço e recurso financeiro para apresentar sua melhor oferta.

A mera arguição de que há um “possível impacto” em razão de norma editada, sem a devida demonstração cabal desses eventuais impactos e seus reflexos no curso do certame e a comprovação de eventual dano que possa vir a ocorrer, não tem o condão de tornar imprestáveis os atos praticados no certame que possam vir a ensejar suporte a invocação de atendimento ao interesse público com a revogação da presente licitação.

Tal conduta resulta apenas no afastamento ilegal deste Recorrente, vencedor do certame, prejudicando sobremaneira interesse seu e a garantia da obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração, maculando o certame em curso podendo, inclusive, resultar em apuração da responsabilidade em quem deu causa aos atos de nulidade processual.

Para que reste claro, a norma que instituiu a reoneração da folha de pagamento das empresas a partir de 2025, a Lei nº 14.973/2024, estabeleceu um regime de transição para a desoneração da folha de pagamento (substituição da Contribuição Previdenciária sobre a folha de salários pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB), onde as alíquotas incidentes serão gradativamente alteradas em percentuais pré-definidos para até o fim de 2027.

O que há é uma regra clara e inequívoca estabelecida, que alterará os percentuais de incidência da contribuição a cada ano de 2025 até 2027, o que não traz nenhuma dúvida, equívoco ou dificuldade de se vislumbrar e operar. Tal fato não traz, portanto, dificuldade ou insegurança alguma que possa vir a ser invocada como motivadora da revogação do certame, para fins de se apurar, revisar ou adequar qualquer ajuste na estimativa de custos da contratação como o apresentado como fundamento para o ato ora combatido.

Nesse sentido, para fins de melhor aclarar o que se debate, temos que a legislação foi feliz em apresentar como se dará a transição e as alíquotas e bases de incidência, o que não traz nenhuma dificuldade ou dúvida em sua implantação, não se justificando o desfazimento do certame em curso.

De maneira simplista o que a nova Lei traz é a reoneração da folha que se inicia no próximo ano com a contribuição da Previdência Social sendo realizada da seguinte forma:

- 2024: desoneração total;



- 2025: As empresas poderão contribuir com 80% das alíquotas de desoneração (4,5% sobre a Receita Bruta). Além disso, será necessário recolher 25% das alíquotas tradicionais sobre a folha de pagamento, conforme a Lei 8.212/1991. Ou seja, 25% dos 20% que incidem sobre a folha de pagamento, resultando em um recolhimento de 5% sobre a folha de pagamento;
- 2026: A alíquota sobre a Receita Bruta será reduzida para 60%. As empresas deverão recolher 50% das alíquotas tradicionais sobre a folha de pagamento, ou seja, 10% sobre a folha de pagamento;
- 2027: A alíquota sobre a Receita Bruta será de 40%. A alíquota sobre a folha de pagamento aumentará para 75%, ou seja, 15% sobre a folha de pagamento; e
- 2028: alíquota será de 20% sobre a folha de pagamento e finalizada a desoneração.

Como se percebe, trata-se de um simples exercício matemático de aplicação de percentuais sobre bases de incidência pré-definidas, não trazendo nenhuma dúvida sobre sua forma ou montante. A mera aplicação do percentual sobre os valores nas planilhas já traz o resultado final.

Num exercício de simplificação do que afirmamos, trazemos abaixo um demonstrativo de como se dará a aplicação de tal regra:

QUADRO EXEMPLIFICATIVO DA REONERAÇÃO						
Ano	Base de Cálculo	Alíquota sobre a Receita Bruta	Contribuição sobre a Receita Bruta	Alíquota sobre a Receita Bruta	Contribuição sobre a Folha de Pagamento	Total da contribuição
2024	Receita de R\$ 10.000,00 Folha de Pagamento de R\$ 3.000,00	4,50%	R\$ 450,00	0,00%	R\$ -	R\$ 450,00
2025	Receita de R\$ 10.000,00 Folha de Pagamento de R\$ 3.000,00	80% de 4,5% = 3,60%	R\$ 360,00	25% de 20% = 5,00%	R\$ 150,00	R\$ 510,00
2026	Receita de R\$ 10.000,00 Folha de Pagamento de R\$ 3.000,00	60% de 4,5% = 2,70%	R\$ 270,00	50% de 20% = 10,00%	R\$ 300,00	R\$ 570,00
2027	Receita de R\$ 10.000,00 Folha de Pagamento de R\$ 3.000,00	40% de 4,5% = 1,80%	R\$ 180,00	75% de 20% = 15,00%	R\$ 450,00	R\$ 630,00
2028	Receita de R\$ 10.000,00 Folha de Pagamento de R\$ 3.000,00	0,00%	R\$ -	20,00%	R\$ 600,00	R\$ 600,00

Evidencia-se do acima exposto que, pela didática do exemplo, a aplicação da regra de reoneração é bastante simplificada, representando mera aplicação de alíquotas específicas em bases específicas ambas já conhecidas de antemão.

Por óbvio a aplicação efetiva do regramento acima delineado se dará de forma mais detalhada por meio da inserção das respectivas alíquotas em seus campos próprios devidamente identificados na planilha de custo e formação de preços apresentada na licitação, o que não traz maiores dificuldades para sua realização, não se justificando argumentar dificuldade ou falta de previsibilidade de seu resultado.

Sob a inafastável premissa de resgate à legalidade do ato de julgamento, impõe-se como necessária a revisão do ato de revogação do presente certame, o que assegurará a esse Órgão a manutenção da proposta mais vantajosa, sem a necessidade de vir a promover novos gastos com a realização de nova licitação, haja vista que sua necessidade perdura. É,



portanto, ato de economicidade a revisão do ato e manutenção da continuidade da licitação ora em curso, posto que garante inequívoca economia aos cofres públicos, atendendo aos princípios da legalidade, economicidade e eficiência administrativa.

Assim, à luz de tais premissas jurídicas, temos que, ante a insustentabilidade do que fora apontado como motivação para a revogação da licitação em curso, a revisão do ato de revogação é dever da administração e não uma mera faculdade.

Nesse sentido, não merece prosperar a revogação do certame, por ser ato ilegal, descabido e contrário ao interesse público, já que, sem motivação e amparo algum, afasta ilegalmente proponente apto a dar cumprimento ao objeto da licitação, conforme restou demonstrado em sua proposta e documentação de habilitação.

IV – DO MÉRITO

Como dito alhures, esta Recorrente teve sua proposta aceita e sua documentação de habilitação validada e aprovada, sem prejuízo algum no cumprimento dos requisitos editalícios, vindo a se configurar como a proposta que oportuniza o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, em estrito cumprimento à diretriz contida no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A proposição de revogação da licitação em curso em razões genéricas e infundadas atrai para o ato sua nulidade absoluta, posto que não apresenta de forma contundente e fundamentada as razões que evidenciam o atendimento ao interesse público alegado.

É de fundamental importância trazer à baila a questão de fundo a ser enfrentada para o presente caso, sendo imperioso esclarecer que o motivo não se confunde com motivação. O primeiro, o **motivo**, traz a razão de fato e de direito que autorizam a prática do ato administrativo, sendo externo a ele. Já a **motivação** é ato de consistência mais robusta, praticado pela autoridade administrativa e que traz em sua essência a necessária exposição dos motivos e a justificação da razão pela qual o ato é inserido no mundo jurídico, constituindo-se como um requisito formalístico essencial do ato administrativo.

Nesse sentido, o administrador público tem o dever de motivar seus atos, fundamentando-os no princípio da motivação, que exige a descrição dos elementos, princípios e normativos que lhe dão sustentação (fundamentação), vinculando tais elementos aos fatos que efetivamente levaram à aplicação daquela decisão administrativa. Há, portanto, a necessidade de se atentar que o princípio da motivação traz o ônus da comprovação dos elementos arguidos no processo administrativo, haja vista que a motivação do ato administrativo deve ser respaldada em provas contundentes do que se alega.



Melhor apresentando a relevância da questão, juntamos ao presente estudo realizado por Flávia Moreira Guimarães Pessoa¹, que assim trata a questão:

"1 – INTRODUÇÃO

A administração pública realiza a sua função por meio de atos jurídicos, chamados amplamente de atos da administração. Entre tais, situam-se os atos administrativos, que podem ser classificados, de acordo com a liberdade de opção do administrador público na prática do ato, em vinculados e discricionários. Os primeiros são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização, não sendo dado ao administrador margem de escolha. Os segundos são os que a administração pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, de sua conveniência, oportunidade e do modo de sua realização. Nesse último caso, a administração tem liberdade de atuação, obedecendo, contudo, aos limites fixados em lei, sob pena de a discricionariedade tornar-se arbitrariedade.

Discricionariedade e arbitrariedade têm em comum a idéia de liberdade. Contudo, a discricionariedade é liberdade limitada pela lei, enquanto arbitrariedade designa a liberdade ilimitada. A limitação legal, entretanto, somente se efetiva se houver motivação do ato administrativo discricionário, conforme se verá nos itens seguintes.

2 - A MOTIVAÇÃO NOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS

O dever de motivar os atos administrativos não se encontra assegurado de maneira expressa no texto da Constituição Federal de 1988, também não figurando nas Constituições pretéritas. Por esse motivo, o tema suscita, desde longa data, discussões doutrinárias. A controvérsia gira, basicamente, em torno de três posições.

A vertente inicial defende que somente os atos vinculados devem ser obrigatoriamente motivados. Nesse sentido, Cretella Júnior defende que o ato administrativo discricionário é insuscetível de revisão pelo poder judiciário quanto aos motivos, não havendo o dever de motivar, mas, uma vez motivado, o ato submete-se à apreciação judicial: Em suma, tratando-se de ato discricionário, a motivação é dispensável. No entanto, se o administrador motiva o ato, o motivo deve conformar-se à lei, porque, do contrário, a motivação ilegal, eivada de abuso, excesso ou desvio de poder, torna o ato discricionário suscetível de revisão judicial (CRETELLA JÚNIOR, 2001.p. 156.).

Outra corrente doutrinária, por sua vez, entende que os atos discricionários devem ser sempre motivados, enquanto os vinculados em regra também devem sê-lo, salvo alguns casos excepcionais. Tal é a posição de Celso Antonio Bandeira de Mello:

***A motivação deve ser prévia ou contemporânea à expedição do ato.** Em algumas hipótese de atos vinculados, isto é, naqueles em que há aplicação quase automática da lei, por não existir campo para interferência de juízos subjetivos do administrador, a simples menção do fato e da regra de Direito aplicada pode ser suficiente por estar implícita a motivação. Naqueloutros, todavia, em que existe discricionariedade administrativa ou em que a prática do ato vinculado depende de apurada apreciação e sopesamento dos fatos e das regras jurídicas em causa, é imprescindível motivação detalhada. (MELLO, 1999, p. 82).*

¹ Excerto de <https://consulta.tce.sc.gov.br/relatoriosdecisao/relatoriotecnico/3075751.HTM#FOOTNOTE>, consultada em 25/10/2024.

A terceira corrente, por fim, defende a necessidade de motivação de todos os atos, quer discricionários quer vinculados. Nesse sentido, a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de sua decisões. (...) A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle da legalidade dos atos administrativos (DI PIETRO, 2001, p. 82). A partir das diversas posições expostas, ressaí o caráter controvertido do tema, mas, ao mesmo tempo, pode-se verificar a nítida tendência atual da doutrina no sentido de ampliar os casos de motivação obrigatória dos atos administrativos. **E essa direção na evolução do pensamento doutrinário procura o embasamento constitucional da necessidade de motivação dos atos administrativos**, consoante exposto adiante.

3 - FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DO DEVER DE MOTIVAR OS ATOS ADMINISTRATIVOS

O dever de motivar os atos administrativos encontra-se exposto em diversos princípios e dispositivos insertos na Constituição, especificamente nos artigos 1º "caput", inciso II e parágrafo único, 5º XXXV e LIV e 93 X.

A teor do art. 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, este entendido como a união dos conceitos de Estado de Direito e Estado Democrático que, fundidos, geram um conceito novo, que supera a mera justaposição dos elementos que o formam.

O Estado Democrático de Direito é aquele em que, além de serem observados os princípios do primado da lei e da Constituição, também se verifica a submissão à soberania popular. Ou seja, o povo participa não só da formação da vontade estatal como também no controle direto ou indireto dos atos administrativos.

Para assegurar a participação e controle popular, indispensável é a fundamentação do ato administrativo, único meio viabilizador de fiscalização. De se ressaltar que, ao lado da motivação do ato, deve haver a publicidade da mesma, para que se possibilite a efetiva participação do cidadão no controle da juridicidade dos atos emanados do poder público.

O dever de motivar os atos administrativos pode ainda ser extraído do princípio republicano, inserido também do art. 1º da Constituição de 1988, que institui: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito".

Por República entende-se não apenas a oposição à Monarquia, mas, principalmente, o regime político em que os exercentes de funções políticas representam o povo e decidem em seu nome, fazendo-o mediante mandatos renováveis periodicamente.

A partir do conceito exposto, verifica-se que o administrador, ao expedir seus atos, atua no âmbito da "res publicae" e deve arcar com as responsabilidades de seu ato. **Tendo em vista tal responsabilização, a motivação do ato surge como essencial, pois permite ao administrado identificar a existência dos motivos, sua correspondência com a realidade, o móvel do agente, sua destinação a uma finalidade pública etc**, dentre outras circunstâncias exigidas pela ordem jurídica.

De acordo com o ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Melo (1989, p. 83), pode-se também afirmar que o princípio da motivação encontra-se implícito nos seguintes dispositivos constitucionais: a) no art. 1º, inciso II que indica a cidadania como um dos fundamentos da República; b) no parágrafo único do art. 1º, que disciplina que todo o poder emana do povo; c) no art. 5º, inciso XXXV, que cuida da apreciação, pelo poder judiciário, de lesão ou ameaça de lesão a direito.

No que tange aos dois primeiros dispositivos constitucionais citados, justifica-se o caráter implícito do princípio da motivação pelas razões expendidas quando da análise do dever de motivar enquanto corolário do Estado Democrático de Direito, uma vez que novamente aqui figura a afirmação da motivação do ato administrativo como único meio viabilizador da participação e controle popular.

Quanto à previsão de apreciação pelo Poder Judiciário das lesões ou ameaças de lesão a direito, sabe-se que não há meio de se possibilitar o controle judicial eficaz dos atos administrativos, principalmente a verificação da adequação desses mesmo atos aos princípios constitucionais expressos na Constituição Federal, em caso de inexistência de motivação do ato ou motivação ulterior, uma vez que sempre seria possível ao administrador fabricar razões a posteriori.

Dessa forma, o princípio da motivação dos atos administrativos encontra arrimo implícito na Constituição Federal, quer em razão do princípio republicano e da adoção do Estado Democrático de Direito, quer em virtude de dispositivos que se espalham por seu texto.

[...]

4 - CONCLUSÕES - CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

Após todas as considerações realizadas, pode-se afirmar que os atos administrativos devem ser sempre motivados, mas a fundamentação é mais relevante e indispensável nos casos de prática de atos administrativos discricionários, tendo em vista a necessidade de minimizar a possibilidade de arbitrariedade da decisão.

A prática de ato administrativo sem a necessária motivação implica sua invalidação judicial, a não ser que o juiz conclua que, uma vez anulado o ato, a administração seria obrigada a repeti-lo com o mesmo conteúdo, embora sem o vício, tendo em vista ser aquela a única decisão possível.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRETELLA JÚNIOR, José. Controle jurisdicional do ato administrativo. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2001

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 20 ed. Atual por AZEVEDO, Eurico de Andrade, ALEIXO, Délcio Balestero e BURLE FILHO, José Emmanuel. São Paulo: Malheiros, 1990

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 1999

PIRES, Renato Barth. "A motivação do ato administrativo na Constituição Brasileira de 1988." In: FIGUEIREDO, Lúcia Valle (coord.) Ato administrativo e devido processo legal. . São Paulo: Max limonad, 2001". (g.n.)

Nesse contexto, é cediço que os elementos de comprovação do que se alega como fundamento para a prática de atos administrativos não se presumem, mas devem ser efetivamente demonstrados e cabalmente comprovados. A simples arguição de possíveis impactos ou situações futuras é genérica e não se alinha a prática da transparência e motivação dos atos administrativos. Nesse sentido, **cabe à Administração Pública, inexistindo matéria de fato e em caso de impugnação, demonstrar a legalidade do seu**



ato, pois incide, no caso, o princípio da legalidade como pano de fundo de qualquer conduta estatal².

É regra jurídica que os atos administrativos deverão ser anulados quando os respectivos vícios atingirem algum dos requisitos de validade do ato, quais sejam: competência; finalidade; forma; motivo ou causa, e objeto ou conteúdo.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro³ analisa a matéria fazendo menção ao Direito Civil, explicando que:

No Direito Civil, os vícios estão previstos nos artigos 166 e 171 do Código Civil (artigos 145 e 147 do CC de 1916), correspondendo, respectivamente, às nulidades absolutas e relativas; eles se referem, basicamente, aos três elementos do ato jurídico: sujeito, objeto e forma.

No Direito Administrativo, também, os vícios podem atingir os cinco elementos do ato, caracterizando os vícios quanto à competência e à capacidade (em relação ao sujeito), à forma, ao objeto, ao motivo e à finalidade.

Esses cinco vícios estão definidos no artigo 2º da Lei de ação popular (Lei nº 4.717 de 29-6-65).

Quando se está diante de vício insanável, eivado de nulidade absoluta, é dever da Administração a anulação do respectivo ato. No presente caso o vício de motivação reveste-se de nulidade absoluta, pois a razão de ser que fundamenta o ato inexistente e não subsume-se aos elementos de validade do ato jurídico.

É, portanto, dever do agente o reconhecimento da falha havida, sendo-lhe impositiva a necessidade de revisão do ato prolatado.

Assim, pelos elementos objetivos ora apresentados, pugnamos pela revisão do ato de revogação da presente licitação para que se proceda o resgate de legalidade no presente certame.

Resta claro que ao administrador público caberá, à luz de critérios de oportunidade e conveniência, decidir, motivadamente quando da prática de atos que atingem interesse público e direito de terceiros, sobretudo quando desconstitui ato de julgamento e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração em procedimento licitatório.

É medida que consagra os princípios da legalidade e moralidade administrativas, resultando ainda em economia dos atos que compõem os procedimentos licitatórios, já que não levará adiante a descabida proposição de realização de novo certame licitatório com seus elevados custos e riscos, o que resultaria em ato desarrazoado e antieconômico resultando em dano ao Erário, tudo em prejuízo ao interesse público. Nesse contexto, o

² FREITAS, Ney José. Ato Administrativo: Presunção de validade e a Questão do Ônus da Prova. Editora Fórum. 2007, p. 122.

³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. – 22 ed. – São Paulo: Atlas, 2009, p. 236.



simples ato de revisão da revogação praticada e restituição do status quo ante é o que materializa o efetivo atendimento ao interesse público.

É medida que resgata o amparo legal e assegura a manutenção da licitação sem maiores percalços, já que prevista na legislação regedora dos atos administrativos, a Lei nº 9.784/1990, em seus arts. 50 e 53, e assegura ainda, sobejamente, atendimento aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência administrativa.

V – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando a ausência de amparo legal para o ato de revogação do certame licitatório em prejuízo a esta Recorrente DLF ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, requer-se o recebimento e o acolhimento do presente RECURSO, objetivando-se:

- a) Anulação do ato de revogação da licitação, por ser ato de resgate da legalidade e consecução de Justiça ao caso;
- b) Que promova a continuidade do certame;
- c) Que declare a licitante DLF ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA habilitada e vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 90097/2024, Processo Administrativo n.º 00200.010222/2024-60;
- d) Caso não seja acatado Recurso ora apresentado em sede de revisão, que faça subir este a instância superior, na forma do contido do Parágrafo Único do art. 166, da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, pugna esta Recorrente pelo provimento do Recurso ora apresentado.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Brasília-DF, 25 de outubro de 2024.

DLF ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Representante Legal.

DLF ENGENHARIA
COMERCIO E
REPRESENTACAO
LTDA:03591509000144

Assinado de forma digital por
DLF ENGENHARIA COMERCIO E
REPRESENTACAO
LTDA:03591509000144
Dados: 2024.10.25 20:21:05
-03'00'